

E se Norbert Elias fosse um leitor de Maquiavel?¹

Andréa Borges Leão

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Realizou estágio pós-doutoral em História Cultural no Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, e na Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, França, sobre a circulação transatlântica dos livros e manuais juvenis no século XIX. Atualmente desenvolve pesquisa sobre o Brasil na edição juvenil francesa, as traduções dos clássicos juvenis europeus e os *best-sellers* juvenis no Brasil. Coordena o Grupo de Estudos em Cultura, Comunicação e Arte (GECCA).

PSICOGÊNESE DE O PRÍNCIPE

Se Norbert Elias tivesse sido um leitor de *De principatibus*, de Nicolau Maquiavel, escrito em 1513, assim como foi um leitor de *Utopia*, de Thomas More, publicado em 1516 (ELIAS, 2014), os usos da força na conquista e manutenção do poder revelariam não apenas a situação do Estado, mas também os códigos de conduta destinados a conter as emoções na vida da corte. Para compreender e explicar o longo processo civilizador, de acordo com o sociólogo, foi necessário investigar as mudanças simultâneas na sociogênese das instituições e na psicogênese dos indivíduos. Elias apoiava-se no estudo de um *corpus* documental formado

pelos manuais de civilidade lidos nos círculos absolutistas dos séculos XVI e XVII. Os manuais são suportes de observação dos efeitos de explicitação das normas e, por conseguinte, do equilíbrio na balança do poder entre as diferentes camadas e formações sociais. Em virtude disto, como observa Martin van Creveld (2004, p. 241), o que hoje se entende como ciência política era publicado nos livros de aconselhamento para os governantes. Por meio deles e dos efeitos que provocavam, definia-se o que era a política.

No trabalho de pesquisa que realizou nos arquivos da Biblioteca do Museu Britânico, no início dos anos 1930, Elias se deparou com o tratado renascentista de Erasmo de Rotterdam, de 1534, *De civilitate murum puerilium*, que o levou ao estudo de textos do mesmo gênero publicados em outros períodos. Assim, foi reunindo um conjunto empírico para a elaboração de seu livro *O processo civilizador*. A leitura que o sociólogo faz do passado por meio de fontes impressas como *corpus* documental, no entanto, conduz a uma questão: por que a ausência de *O príncipe*, o famoso manual político de Maquiavel? Porque, responde Elias, o ponto de vista assumido é o do monarca. Maquiavel preocupava-se em justificar a *raison d'état* e, com isso, deixara as regras do convívio social e os jogos da corte fora de seu horizonte de observação. O mesmo ponto de vista arbitrário de um único indivíduo, continua Elias, não se encontra nos outros manuais da ação cortesã: por exemplo, no livro do francês Amelot de la Houssaie, o *Oraculo manuale*, publicado em 1647 e tornado popular nos séculos XVII e XVIII com o título *L'Homme de cour*. Para Elias, em comparação a *O príncipe*, o livro de Amelot de la Houssaie “constitui, em certo sentido, o primeiro manual sobre a psicologia da corte da mesma maneira que o livro de Maquiavel sobre o príncipe foi o primeiro manual clássico sobre a política absolutista” (1993, p. 290).

Este artigo tem o propósito de rever a resposta de Elias. Parte da lógica da exclusão de *O príncipe*, e tenta situá-lo, ao lado dos outros manuais, no arcabouço empírico da teoria da civilização. Não se pode perder de vista que as obras de Maquiavel, Thomas More e Erasmo fazem parte da mesma rede de conhecimentos produzida no século XVI, período em que a Europa vivia o Renascimento das letras e artes, tendo como pano de fundo uma instabilidade política marcada por invasões, disputas territoriais e guerras entre os Estados. A escrita e a recepção de *O príncipe* cristalizam um ponto no longo processo dos comandos e proibições necessários ao amadurecimento das instâncias psíquicas, o que Elias, na esteira de Freud (ELIAS, 2010), chama de superego. E cristalizam também um momento em que era impossível, conforme Martin van Creveld (2004, p. 246), distinguir a política dos assuntos da intimidade que delineavam a esfera privada dos governantes.

Os textos renascentistas, dos mundanos aos políticos, dos mais intimistas aos de conselhos para uso na vida pública, partilhavam modelos de escrita. É comum a explicação do presente pela leitura dos clássicos da Antiguidade. A compreensão do moderno, incluindo um novo conceito de Estado, atualiza formas do passado. As regras e preceitos das narrativas eram justificados por máximas como “deveis” e “evitareis”, formas de controle externo necessárias ao convívio, mas que não representavam uma lei moral, nos diz Elias (1993, p. 291). Seguindo o mesmo estilo, *De principatibus* foi um manual entre manuais. Escrito após 15 anos dos estudos de Maquiavel sobre o Estado, de julho a dezembro de 1513, passou a circular em 1514 e, após vários retoques, foi, enfim, publicado em 1532, por Antonio Blado, um editor de Roma, que lhe conferiu o famoso título de *O príncipe*, sem consultar Maquiavel (PROLONGEAU, 2010). A troca do título não ficou sem consequências na longa história da recepção do livro. No mínimo, a intervenção editorial de Blado coloca um problema ao nosso propósito: levando em conta a intenção original do autor de apresentar uma análise sobre as formas de governo, do despotismo à República, um leitor da posteridade não seria levado a privilegiar a ação de um indivíduo particular ao buscar correspondência entre o título e o conteúdo? Antonio Blado pode ter sido guiado por razões comerciais ou por uma tentativa de burlar a vigilância eclesiástica: afinal, nos informa Jean-Jacques Chevallier (1998: 45), a impressão do manuscrito deveu-se a uma licença do papa Clemente VI, em 1531, quatro anos após a morte de Maquiavel, em 1527, e foi dedicada a um cardeal.

A partir do século XVI, *O príncipe* é traduzido por toda a Europa. O Vaticano o coloca no Índice de 1559 a 1929, porque seu autor se voltara contra os modelos das virtudes cristãs. A obra é denunciada em 1557 pelo papa Paulo IV, que a envia ao Concílio de Trento. Na argumentação de Maquiavel, as dissimulações, astúcias e bajulações aproximavam o soberano dos atos de violência física e podiam ser necessárias aos exercícios do poder, de acordo com os possíveis que orientam cada ação. Na sua visão, pouco importava se um governante fosse para o inferno após a morte. Na visão do historiador israelense Martin van Creveld (2004, p. 247), o que distingue Maquiavel dos seus contemporâneos - como Erasmo de Rotterdam que publicou um manual cristão sobre a educação dos príncipes - é o tom secular da sua obra. A partir dele, a teoria política deixa de ser um ramo da teologia.

Por sua vez, Maquiavel queria ser ouvido e, se possível, lido pelos governantes que o baniram da vida pública de Florença e o conduziram ao exílio voluntário na propriedade da família, em São Casciano (SADEK, 2006)². *O príncipe* é dedicado, não por acaso, a Giuliano de Medici, embora

isso não tenha levado seu autor a um momento de triunfo enquanto vivia. A dedicatória foi uma projeção do que Maquiavel possuía de mais íntimo: o conflito entre a razão política e o desejo de obter favores a fim de rever sua posição na administração do Estado. Os grandes in-fólio típicos do Renascimento, esplendidamente ornados com iluminuras, nos diz Anthony Grafton (1997, p. 215), ofereciam os resultados das pesquisas filosóficas aos protetores dos humanistas, os quais eram homenageados nas primeiras páginas pelos autores e editores.

O manual de Maquiavel, apesar dos pesares, não permaneceu prisioneiro de sua época. Durante o conflito religioso no interior do cristianismo, que opunha católicos e reformados, algumas obras se dedicam a julgá-lo:

E os protestantes abominam Maquiavel como jesuíta. Mas os jesuítas não menos vigorosamente o denunciam à indagação católica. O livro do jurisconsulto protestante Innocent Gentillet, publicado em 1576, *Discurso sobre os meios de bem governar, contra Nicolau Maquiavel Florentino*, terá por complemento, em 1592, o *Julgamento de Nicolau Maquiavel*, pelo padre jesuíta Antoine Possevin, que, aliás, só leria Maquiavel através de *Gentillet*. Os jesuítas de Ingolsdadt, na Baviera, pedem para queimá-lo em efígie (CHEVALLIER, 1998, p. 46).

Outro traço comum aos intelectuais renascentistas são as práticas de leitura na organização do estudo dos textos antigos. É conhecida a carta que Maquiavel escreveu ao amigo Francesco Vettori, em 10 de dezembro de 1513, contando detalhes da sua vida intelectual na companhia dos grandes homens da Antiguidade³. Durante a composição de *O príncipe*, no campo e no escritório, Maquiavel lia enquanto escrevia. O elenco que passava diante de seus olhos era formado por autores “menores”, como Tibulo e Ovídio, e por “maiores”, como Dante ou Petrarca, confessa ao amigo. Anthony Grafton (1997) utiliza essa carta como documento histórico sobre a leitura humanista. Nela, Maquiavel declara ler dois tipos de livro e, por conseguinte, praticar dois tipos de leitura: uns, eram livros de pequeno formato e fácil manejo, provavelmente, nos diz Grafton, edições populares de Aldo Manunzio que estimulavam o sonho, as paixões e os amores em leituras feitas durante os passeios no campo; outros, os clássicos de erudição, que estimulavam o pensamento e pediam leitura concentrada em ambientes privados. Na leitura destes últimos livros, Maquiavel interrogava os autores, conversava com eles a cada noite, na solidão do escritório, sobre os motivos das ações e as virtudes da humanidade, e eles lhe respondiam, durante quatro horas

seguidas. Em *O príncipe*, continua Grafton (1997, p. 210), identificamos os grandes homens do Estado que Maquiavel tomava como modelos de sabedoria prática para enfrentar o maior desafio de sua época: o problema dos monopólios estatais da violência física e dos tributos. Cícero, Plutarco, Tito-Lívio eram certamente lidos por Maquiavel nos grandes in-fólios e em latim. O elenco austero e elegante não o distraía, mas o instruía, evocando a eloquência e a recitação entre os cortesãos ou, quem sabe, um paraíso perdido recriado na cultura do Renascimento:

Mais c'était un paradis perdu imaginaire, plus que l'évocation historique d'un monde disparu, qu'ils offraient aux lecteurs. Les deux manières qu'avait Machiavel d'aborder les classiques, poésie amoureuse in-octavo ou hauts faits des héros antiques dans des in-folio austères, dans une campagne propice au rêve ou dans la solitude studieuse de son cabinet, reflétaient toutes deux l'économie et l'esthétique de la pratique éditoriale de la Renaissance (GRAFTON, 1997, p. 220).

Uma das atualidades de *O príncipe* é o trabalho do autor sobre a história de seu tempo, o que nos oferece uma chave de interpretação: a importância dos manuais de orientação política nos círculos renascentistas. Se Maquiavel privilegiava as experiências de governo e conquistas de poder na lógica argumentativa de seu próprio livro de prescrições, era porque antevia os efeitos provocados na leitura. Além do desejo de se afirmar como analista político, diz Anthony Grafton (2010), o autor, quem sabe, oferecia a narrativa do “novo príncipe” a um público mais amplo, que vivia a experiência social das mudanças na organização política. Nesse ponto, Norbert Elias faria uma boa interlocução com um autor que lidava com problemas específicos no contexto de formação do Estado. Em um tempo marcado pela renovação nas tecnologias da impressão e, portanto, pela difusão massiva dos livros nas línguas vernáculas, os manuais cumpriam função de liga entre as estruturas mentais e sociais por meio dos laços reciprocamente estabelecidos entre autores e leitores. Nos manuais, a leitura torna-se, por si só, um convite à ação. Os bons e os maus comportamentos previstos indicam os bons e os maus usos dos livros que os veiculam. As cortes monárquicas deviam tornar-se tão didáticas quanto seus manuais, irradiando estilos de vida para as outras camadas da sociedade, provocando cobiça e desejos secretos de imitação, tornando-se verdadeiras escolas de maneiras (LEÃO, 2007).

O suposto diálogo entre Elias e Maquiavel poderia continuar seguindo a problemática das figurações de poder no curso do processo de civilização.

A ideia difusa de uma *civilité* já se encontraria formalizada em *O príncipe*? Quais modelos de identificação o livro produziu na corte, por exemplo, de Luís XIV? Partindo da dinâmica de cada uma das casas que governavam as cidades italianas - os Sforza, os Bórgia, os Médici -, se poderia aliar a crueza à galanteria, as táticas de terror mediadas pela astúcia ao jogo da etiqueta cortesã? O que pensava Maquiavel sobre as relações entre os soberanos e os súditos, personagens que viviam de modo distinto uma experiência social de organização do Estado? Os últimos, é bom lembrar, sempre prontos a traições e conjuras. E quanto ao equilíbrio entre controle externo e interno da violência física por um exército nacional e o autocontrole das emoções de inimigos e aliados? Afinal, as virtudes, traições e crueldades ilustram o equilíbrio de tensões, tão bem formulado na controvérsia do “novo príncipe”, entre ser amado e ser temido.

O primeiro manual político do absolutismo, nas palavras do próprio Elias, situa-se na produção de textos que ilustram o processo social de formação das identidades nacionais europeias. Mas por que o sociólogo preferiu, ao espelho dos príncipes⁴ pragmáticos e não idealizados, o manual de civilidade de Erasmo de Rotterdam? Pode-se também indagar por que Elias não elegeu outro livro de Erasmo, o *Institutes Principis Christianis* que, fazendo coincidir título e conteúdo escrito durante o serviço do autor ao futuro Carlos V, publicado em 1517, versava sobre a boa educação do príncipe humanista e cristão, conforme nos informa Martin van Creveld (2004, p. 244).

O príncipe é uma narrativa de práticas fundada em trajetórias exemplares dos que concentram o poder. Desde Moisés, nos tempos bíblicos, a Alexandre VI, o papa Bórgia, e seu filho César, personagens contemporâneos. Uma narrativa inspirada e orientada para a ação política. Por isso, Maquiavel a organizou na forma de conselhos, advertências e censuras. Não se pode perder de vista que o manuscrito assumiu o formato impresso após 19 anos de redigido. O deslocamento de significado operado no título pelo editor Antonio Blado talvez tenha determinado a superposição do ponto de vista de um indivíduo ao da figuração social. Abordar um livro tão popular na materialidade de sua forma é um ponto de partida necessário para a compreensão das reviravoltas interpretativas na história de sua apropriação.

As reflexões sobre as artes da guerra e o estudo da economia psíquica dos governantes, como a atenção à natureza humana no refreamento dos afetos e o manejo dos conceitos de fortuna e virtú, produziram efeitos duradouros no pensamento político moderno. Mesmo com a distância que o separa de nós, pode-se ler o opúsculo de Maquiavel do ponto de vista das

regras de construção de uma posição e um *habitus* político que atravessa o processo de civilização, muito além do século XVI.

NO ESPELHO DOS PRÍNCIPES, AS FIGURAÇÕES DO PODER

No estudo, de 1933, consagrado às cortes dos reis da França do Antigo Regime, entre Francisco I e Luís XIV, publicado no livro *A sociedade de corte*, Norbert Elias (2001, p. 219) chama a atenção para o fato de que as pessoas, em pleno século XX, ainda se referiam ao absolutismo como “se a concentração de poder nas mãos de governantes centrais se explicasse, em cada país, a partir dos grandes feitos de determinados reis ou príncipes”. Para a análise sociológica da realeza, importava a apreensão das nuances do convívio social entre o rei, os nobres e os súditos. A formação das interdependências, figurações e processos, lembra Roger Chartier (2001, p. 11), inscrevia a corte como figura central tanto da constituição do Estado como de um processo civilizador que transformava a economia psíquica dos indivíduos.

Aproximadamente cinquenta anos após – entre 1980 e 1981 –, no estudo do livro *Utopia* (2014, p. 47), de Thomas More, realizado no âmbito de um programa coletivo de pesquisa da Universidade de Bielefeld, Elias assinala a importância nas cortes europeias de uma literatura sob o signo do absolutismo. Por conseguinte, reconhece *O príncipe* como sendo a expressão de um momento em que “les chances des princes de détenir le pouvoir, comparées à celles des différents ordres, s’accroissent dans de nombreux États d’Europe”. Elias considera o livro de Maquiavel uma síntese conceitual e lugar de observação da mudança na forma do Estado. Mas, os usos puramente descritivos do termo absolutismo acabam, argumenta o sociólogo, esquecendo que ele deriva de uma mudança estrutural rumo a uma nova fase do desenvolvimento social europeu. Justamente essa nova fase torna propícia a emergência de figuras fortes, capazes de tomar o poder central nas próprias mãos. E mais, a mudança de rumo no desenvolvimento europeu só se torna visível na medida em que os indivíduos se percebem diante de novas experiências e novos problemas que demandam respostas no âmbito das práticas e representações sociais. Desse modo,

Les expériences et problèmes nouveaux se manifestent toutefois fréquemment dans l’émergence de nouveaux mots ou bien d’anciens mots qui deviennent vecteurs de nouveaux concepts. Ce n’est absolument pas un hasard si, à la même époque, le nouveau concept d’État, originaire d’Ita-

lie, commence à s'imposer dans les langues vernaculaires des différents États européens (ELIAS, 2014, p. 47-48).

Ao situar a obra de Maquiavel no período de formação das cortes europeias, Elias observa que o conceito *lo stato*, que se impôs em vários locais e em diversas línguas, não foi apenas uma tradução do conceito *res publica*, amplamente utilizado por aqueles que falavam latim. Para a maioria falante das línguas vernáculas, tanto fazia se referir aos reinados, aos principados ou às repúblicas. *Lo stato* traduzia a experiência social dos homens de erudição, em um nível conceitual mais abstrato, mas também dizia respeito à população em geral. Ambos estratos precisavam designar o que se desenrolava sob seus olhos e causava não poucas mudanças nas rotinas de vida, seja na forma de principados, reinados ou repúblicas. Elias nos faz entender que *lo stato* é uma categoria elaborada simultaneamente no pensamento e na experiência.

O crescimento do controle social dos governos tornava possível uma nova figura de príncipe, que ia tomando distância, pouco a pouco, dos soberanos medievais. O novo dirigente comandava ofensivamente suas guerras, a princípio com a ajuda do exército de mercenários, depois com a formação de exércitos permanentes. Nas guerras contra os inimigos externos, as espadas e as armas de cavalaria iam sendo postas de lado em proveito dos usos da tecnologia militar das armas de fogo. Os exércitos nacionais comandados pelos novos príncipes,

[...] autorisaient en même temps une surveillance plus étroite et complète de leur propre population. Ce nouveau type de prince fit d'abord son apparition dans le cadre réduit des États italiens. Les Sforza, les Borgia, les Médicis appartenaient à cette catégorie de princes. François I de France et Henri VIII d'Angleterre, seigneur et maître de Thomas More, en étaient les exemples les plus célèbres au début de l'époque de l'absolutisme. (ELIAS, 2014, p. 49).

O enredo de *O príncipe* se desenvolve em 26 capítulos. Os 11 primeiros são sobre os tipos de principados, os meios para conquistá-los, administrá-los e precaver-se das perdas, realçando a discussão em relação à disparidade de forças entre eles. Fica evidente um sistema de classificação e hierarquia entre os tipos de governo. Mas há regras gerais para se tornar príncipe, seja por meio da fortuna, a força cega das ocasiões e contingências, ou por meio da virtude, a vontade de agir própria do indivíduo. A virtude pode transfor-

mar a fortuna em oportunidade. Nesse ponto, são evocados os atos cruéis e as manobras de César Bórgia, o Duque Valentino. Visto na perspectiva do presente, Bórgia é o exemplo mais convincente e a ser imitado pelos aspirantes a novo príncipe.

Nos capítulos seguintes, com destaque para o XII e o XIII, são apresentados os métodos, ofensivos e defensivos, adotados por cada modelo de soberano. Às leis devem sobrepor-se as armas. Maquiavel passa a criticar as milícias. Na defesa do Estado contra as invasões estrangeiras, é preciso dispor de um exército próprio, como o do Duque Valentino, e mover os ataques com a ajuda dos súditos, cidadãos e vassalos, para que nenhum príncipe se veja à mercê da fortuna, “não tendo virtude que o defenda com fé nas adversidades”. Afinal, a guerra, com suas “disposições e disciplinas”, é a única arte que se espera de quem comanda (MAQUIAVEL, 2010, p. 94).

A conexão narrativa entre os capítulos acaba colocando o problema da política como “confitualidade”, na feliz expressão de Cutinelli-Rendina (2007, p. 99). As figurações do poder são pensadas como relações de força sob a forma da guerra e nas quais sempre haverá vencedores e vencidos; homens que comandam e os que obedecem; os que se esforçam para manter o equilíbrio das coisas e os que querem tudo reverter. Assim, observa Maria Tereza Sadek (2006), Maquiavel acaba desnaturalizando a ordem política, que, a partir dele, não é mais vista como atributo de Deus ou da natureza. A política torna-se produto da ação concreta dos homens na sociedade. No capítulo XV, o narrador declara escrever coisas úteis e reais destinadas a eventuais interessados. Ou melhor, os conselhos de inteligência prática do livro tinham o propósito de orientar a ação do novo príncipe.

Na sequência, Maquiavel realça a importância dos fios que ligam os soberanos a seus súditos. O observador político do Renascimento confirma o modelo figuracional de Norbert Elias: as interdependências impõem limitações e obrigações mútuas de uns para com os outros. O príncipe teria que enfrentar o problema de lidar com duas forças opostas, o povo e os soberanos. Já os vínculos entre o príncipe e o povo, na medida em que todos os homens são maus por natureza, deveriam ser firmados com base no equilíbrio entre amor e punição. Maquiavel tem sempre em vista que é bem mais seguro a um soberano ser temido que amado.

No capítulo XVIII, as virtudes de um príncipe — coragem, astúcia, prudência, habilidade e crueldade —, assim como os defeitos a serem evitados, não resultam de uma saga do bem contra o mal. Virtudes e vícios formam uma codificação que, certamente, não foi inventada pelo autor, mas pela sociedade de corte da qual fazia parte.

Para que não percamos de vista a sequência da trama, vale destacar as lições sobre as aparências. A representação pública das virtudes é o que as torna úteis, na medida em que um príncipe deve voltar-se à direção em que sopram os ventos da fortuna, imitando a natureza feroz do leão e a astúcia da raposa. Maquiavel quer nos dizer que o uso da força contra os inimigos e a galanteria a favor dos aliados, dependendo da ocasião, são impulsos e tendências de um mesmo processo civilizador. Todos os homens, no fundo, necessitam do controle físico e emocional de um novo príncipe. Tanto os poderosos, pela ambição desmedida, quanto o povo, pela insolência e permanente ameaça de traição. No último capítulo de *O príncipe*, Maquiavel conclama o “redentor” ao exercício de uma autoridade capaz de centralizar territorialmente o poder e, com a formação de um exército nacional, monopolizar a violência física. Uma Itália unificada em grande reino assistiria à gênese de uma nova ordem política.

Nesse ponto do processo civilizador, Elias (1993) verifica a emergência do rito social da etiqueta em funcionamento nas cortes, locais de coexistência entre um maior número de pessoas. Os castelos isolados perdem o sentido. Sob o olhar vigilante do rei e em meio a alianças e disputas mais cerradas entre os indivíduos, a etiqueta garante o autocontrole das emoções, conduzindo à pacificação. Aí, uma nobreza belicosa é substituída por outra de conduta mais civilizada (ELIAS, 1993, p. 216).

O primeiro manual político do absolutismo, nas palavras de Elias, teve a boa fortuna de ser escrito por um antigo conselheiro dos príncipes que realizou diversas missões diplomáticas no exterior, ainda que estivesse afastado de suas funções. Esse detalhe da biografia de Maquiavel nos permite dimensionar as condições sociais de produção do manual. Ao situá-lo na cadeia dos impressos renascentistas, Anthony Grafton (2010, p. 31-32) chama a atenção para a importância de outras abordagens sobre o mesmo tema, como os estudos humanistas de Francesco Petrarca, Bartolomeo Sacchi detto il Platina e Francesco Patrizi. Este último escreveu *Do reino e da educação do rei*, dedicado ao Papa Sisto IV. Todos eles, igualmente apoiados em exemplos tirados dos textos clássicos, discorrem sobre a educação política dos príncipes italianos.

Os tratados de aconselhamento dedicados aos príncipes, segundo ainda Quentin Skinner (1996, p. 138), conheceram seu apogeu no século XV, e muitos dos humanistas ao redigi-los já tinham em mente “tal ou qual príncipe em particular”. Um dos primeiros tratados a inaugurar o gênero “espelho dos príncipes” foi o de Diomedes Carafa, publicado em 1480, intitulado *O perfeito cortesão* e dedicado ao governante da corte de Nápoles. Não se

pode perder de vista a popularidade de *O livro do cortesão*, de Baldesar Castiglione, escrito entre 1513 a 1518, mas que só conheceria a sua primeira edição dez anos após (SKINNER, 1996). Esse é um dos manuais do século XVI eleito por Elias (1994).

CULTURAS DO IMPRESSO E CIVILIZAÇÃO

Desde a pesquisa para *Sociedade de corte*, nos anos de 1930, a grande questão que acompanha Norbert Elias é saber por qual motivo o problema do Estado, ainda que na esteira de Cícero e Platão, assumia o centro do interesse dos pensadores renascentistas. E a partir daí, tenta construir o modelo teórico de um processo de civilização. Para Pierre Bourdieu, a grande questão formulada por Elias no âmbito da análise da constituição do Estado diz respeito às dependências recíprocas nas relações de poder. Quanto mais um indivíduo, como um rei ou príncipe, concentra o poder, maior e mais complexa é a formação das redes de interdependência (BOURDIEU, 2012, p. 209).

No livro mais importante de Elias, *O processo civilizador* (1994), vemos que o conceito de *civilité* tem sua gênese na cultura impressa renascentista e deve sua difusão à adoção pelas cortes europeias, a partir de 1530, de um pequeno tratado intitulado *De civilitate morum puerilium*, de Erasmo de Rotterdam. Os manuais tiveram a importância de cristalizar os processos sociais em curso, difundindo a prescrição de modos de comportamento, a adoção de maneiras de conduzir a vida na esfera pública e a sedimentação de costumes para a boa educação dos nobres. A cultura que se afirma após a invenção da imprensa por Gutenberg, em 1450, oferece a garantia de uma duradoura conservação, nos objetos livros, das mais diferentes cópias dos manuscritos. Para a compreensão dos efeitos sociais do manual de Maquiavel não se pode perder de vista as intervenções póstumas, incluindo prováveis revisões de sintaxe e conteúdo, de Antonio Blado nos originais do *De principatibus*, a começar pelo título.

Já o conceito precedente de *courtoisie* ilustra o padrão medieval das normas sociais discutidas pelas ordens religiosas e pela nobreza guerreira e ganha significação através das recomendações de boas maneiras tanto às crianças quanto aos adultos, indistintamente. Através dos conceitos de *courtoisie* e *civilité* as classes dominantes deram expressão à sua autoimagem. A unidade de comportamento medieval encontra-se em clara transição para os padrões de decoro e emoções que ilustram o período da Renascença. Os preceitos veiculados nos livros dos humanistas, porém, são rudimentares em comparação com as etapas subsequentes.

No primeiro volume de *O processo civilizador*, Elias (1994) faz longos comentários sobre as recomendações e reprimendas dos antigos tratados de civilidade, como a discussão sobre o lugar certo para jogar os ossos roídos após as refeições, que não deveriam ser repostos nas travessas, mas atirados ao chão. Usar a mão para limpar o nariz era prática costumeira, devido à inexistência dos lenços. E, à mesa, não se deveria limpar o nariz nas toalhas. O estudo dessas condutas, que geram a intimidade dos que faziam o aprendizado da distinção, revela a correspondência entre os atos mais banais do cotidiano e as redes de interdependências mais complexas que iam sendo definidas.

A teoria do processo de civilização aponta para o desenvolvimento conjunto do aparelho psíquico, a formação das instâncias do decoro e da censura, e das cadeias de relações mais amplas formadas pelos indivíduos na sociedade, a exemplo da constituição do Estado, órgão administrativo detentor legítimo dos monopólios da violência física e dos tributos. A primeira dimensão, a psicogênese, e a segunda, a sociogênese, encontram-se entrelaçadas. Os modelos do processo não podem ser apreendidos como entidades abstratas, fora das dinâmicas concretas de cada experiência histórica singular, razão pela qual Elias os localiza nos gestos e nas demonstrações de afeto os mais desinteressados, desde as maneiras nos círculos de cortesãos que gravitavam em torno dos senhores feudais, representadas pela *courtisie* passando pelas mudanças de comportamento durante a Renascença, as quais estão presentes no manual de Maquiavel e podem ser expressas no conceito de *civilité*, até o período moderno, quando o conceito de civilização se encontra por toda parte.

Certamente há passagens entre um estágio e outro, alguma equivalência e transmissão nos usos e nas apropriações das formas sociais, até mesmo permanências no tempo. O que prevalece é a propriedade, em maior ou menor grau, de inibição das emoções individuais presente nas duas formas de regulação da conduta.

Em vista disso, a civilização não supõe percursos uniformizados nem mentalidades abstratas e comuns a um dado período da história. A civilização funciona muito mais em termos de pertencimento a grupos ou a situações sociais concretas.

No momento da centralização dos Estados e organização dos exércitos, os intelectuais esforçavam-se para estetizar suas opiniões e transformá-las em narrativas de conselhos aos governantes. Muitos dos humanistas não conseguiam escapar das influências dos círculos da corte. Tornou-se célebre o gênero “memória da corte”, como a arte de descrever as pessoas, tão bem

praticada por Saint-Simon. Por sua vez, os cortesãos tinham uma marcada compulsão por representar o bom gosto, e tudo o que se revestisse de valor literário e artístico era decidido no círculo da nobreza. Uma ilustração dessa dinâmica é a economia do desperdício, na qual o consumo de bens não era de forma alguma guiado pela utilidade; apenas servia para a ostentação e a garantia de prestígio. Na interpretação de Elias,

O cortesão representava-se primordialmente em suas palavras e em seus atos — atos de uma espécie característica. Seus livros, portanto, nada mais eram que instrumentos diretos da vida social, passagens das conversas e dos divertimentos em sociedade ou, como é o caso da maioria das memórias de corte, conversas que foram impedidas; por um motivo qualquer, pela ausência de um interlocutor apropriado. Desse modo, foi nos livros de corte que se conservou para nós, diretamente e em bom estado, a atitude que as pessoas adotavam em suas próprias vidas (ELIAS, 2001, p. 122).

Os atos da representação e da conversação são os momentos e os lugares em que o poder assume toda a sua teatralidade. E isso nos traz de volta ao ponto de partida da argumentação desenvolvida neste artigo, que é relacionar a teoria da civilização ao opúsculo de Maquiavel. Evidentemente, como uma obra publicada no século XVI, *O príncipe* foi apropriado pelas cortes absolutistas do século XVII. Na França de Luís XIV, *O príncipe* foi traduzido por Jacques Gohory, em 1571, e Amelot de la Houssaie, em 1682. Este último escreveu o *Oraculo manuale* que, do ponto de vista de Elias (1993), foi o primeiro manual sobre a psicologia da corte, da mesma maneira que o livro de Maquiavel sobre o príncipe foi o primeiro manual da política absolutista. Considerando a distância temporal entre os modos de apropriação — o da forma manuscrita, voltada para um público restrito, e o da forma impressa, destinada a popularizar o livro espacial e temporalmente —, o tradutor francês de Maquiavel orientou-se pelas convenções e gosto de sua época; o que levanta uma série de questões. A mais importante delas diz respeito às práticas da leitura e às mudanças nas interpretações, em cada corte por onde circulava *O príncipe*.

Jean-Jacques Chevallier (1998, p. 46) nos conta, em maiores detalhes, sobre os destinos do “espelho dos príncipes”, que se tornou o livro de cabeceira para muitos dos soberanos e primeiros-ministros, antes das apropriações modernas que faria dele Rousseau no *Contrato social*. Em 1641, inspirado na leitura de *O príncipe*, Richelieu encomenda ao cônego Machon uma *Apologia de Maquiavel* e, no mesmo ano, o bibliotecário de Mazarino,

Gabriel Naudé, publica *Considerações políticas sobre os golpes de Estado*, que é apontado como manual da educação do filho de Luís XIV. Anthony Grafton (1997, p. 216), por sua vez, nos conta, que Alphonse d' Aragon tinha o costume de convidar os escritores humanistas à sua corte para uma *ore del libro*, a fim de ler e discutir passagens mais obscuras do *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*, outro famoso tratado de Nicolau Maquiavel.

As fontes selecionadas por Elias para a construção da teoria da civilização que representavam uma civilização do renascimento, no entanto, foram organizadas em função de uma questão específica: as ligações de interdependência entre a estrutura psíquica dos indivíduos e as formas de organização social formam conjuntos de figurações variáveis ao longo da história. De acordo com a estrutura da sociedade, há manuais de civilidade, inclusive, que se cristianizam, travestindo as restrições da vida mundana em moralidade religiosa, caso do livro *Les règles de la bienséance et de la civilité chrétienne*, do padre La Salle. O jogo da civilização pode ter regras fixas, mas suas rotas não são predeterminadas; definem-se pelo aprendizado e pela assimilação, nem sempre conscientes ou voluntários, de todos esses esquemas do comportamento.

A perspectiva adotada pela sociologia de Elias privilegia a análise das estruturas sociais em movimento. Não por acaso, o problema da formulação e controle do modelo de análise face às dinâmicas históricas atravessa a obra do autor. Para a justa compreensão da figuração da corte, não basta partir do estudo de um indivíduo, por maiores que tenham sido seus feitos e o poder que porventura tenha monopolizado, mas da dinâmica das transformações por que passou essa sociedade durante séculos. Indivíduo e posição social se encontram presos na mesma teia de dependências. Para a devida explicação do Estado absoluto, é necessária uma teoria da civilização capaz de conectar o desenvolvimento dos aspectos psicogenéticos aos sociogenéticos.

O projeto sociológico de Elias diz respeito à investigação das posições e das redes de pressões sociais que caracterizam as interdependências humanas. Num dado estágio do processo de civilização, o soberano altamente dependente de seus súditos, presa dos cerimoniais da etiqueta, encena as regras de civilidade como uma das exigências das mudanças na estrutura das emoções, agora mais contidas, bem como do monopólio da violência nos Estados em formação.

A pacificação das relações sociais também resulta desse processo e, mais importante, origina a formação dos regimes políticos e, por fim, dos Estados absolutistas. O psiquismo individual e a constituição das instâncias políticas estão, na visão de Elias, irremediavelmente entrelaçados.

Por isso, em comparação com os nossos padrões de comportamento, os sentimentos e as condutas de um soberano aconselhado por Maquiavel parecem terrivelmente assustadores. Um homem nessa posição não costumava medir as consequências de seus atos, submetê-los a uma racionalidade ou tomar medidas de prevenção. Em decorrência disso, o olhar retrospectivo revela a crueza da agressividade de suas atitudes. Faltava ao cavaleiro maior estruturação de seu autocontrole, uma capacidade de autodeterminação, o que Elias chama claramente de superego.

No período medieval, era muito mais fácil para a nobreza resolver os conflitos recorrendo às lutas sangrentas do corpo a corpo, ao rapto e aos saques, visto que as instâncias exteriores reguladoras da violência e da força física, como as instituições políticas, também não se encontravam suficientemente maduras, quer dizer, centralizadas. Daí se conclui que, assim como na vida em sociedade, as emoções humanas estão submetidas a estágios de controle, e somente as experiências e o tempo podem levá-las a uma maior diferenciação.

Os problemas entrevistados em *O príncipe* não escapam à teoria da civilização. Resta saber o motivo pelo qual a teoria deixou de contemplar a dinâmica política das relações de interdependência entre os indivíduos e a coletividade no contexto de indefinições, cruezas e perplexidades das ocupações estrangeiras e guerras italianas. As cortes italianas bem poderiam ser mais um ponto de observação, além da gênese do Estado moderno, das mudanças de normas sociais nas figurações humanas.

Ao longo desse período, o termo *civilité* comportava múltiplas significações. A astúcia com a qual se armava o príncipe imaginado por Maquiavel só se efetivaria por meio de estratégias de autocontrole das pulsões e afetos. Ora, os costumes e os sentimentos mais íntimos refletem as mudanças nas balanças de poder. O termo *civilité*, remete a duas grandes referências da época: à forma do regime político em vigor e ao estilo de vida que deveria adotar um bom súdito de um principado ou a comunidade de cidadãos da República. De um lado, o emprego da força na guerra de conquista, e, do outro, a astúcia como prática da ação política de negociação poderiam remeter à noção de *civilité*, inscrevendo *O príncipe* no vasto patrimônio escrito da civilização.

NOTAS

1 Este artigo resulta da comunicação apresentada na Sessão Especial *Os 500 anos de O príncipe. Reflexões sobre poder e violência*, realizada durante o XVI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2013, em Salvador/BA.

2 A respeito do que se passava na vida do autor durante a redação de *O príncipe*, consultar, entre outros: Sadek, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In: Weffört, Francisco (org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 2006.

3 Esta carta é citada por Sadek (2006, p. 4) e Grafton (1997, p. 208).

4 A expressão “espelho dos príncipes” é utilizada por Hubert Prolongeau (2010), para designar um gênero do impresso de uso popular nas cortes italianas desde a Idade Média, os manuais de bom comportamento para os dirigentes.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. *Sur L'État. Cours au Collège de France. 1989-1992*. Paris: Éditions Raison d'agir/Éditions du Seuil, 2012.
- CHARTIER, Roger. Prefácio. Formação social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador. In: Norbert Elias, *A sociedade de corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1998.
- CREVELD, Martin van. *Ascensão e declínio do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CUTINELLI-RENDINA, Emanuele. Le fond obscur et animal de l'homme. In: Weill, Claude. *Machiavel. Le pouvoir et la ruse*. Paris: CNRS Éditions, 2007.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. V II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. V I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Au-delà de Freud. Sociologie, psychologie, psychanalyse*. Paris: Éditions de la Découverte, 2010.
- ELIAS, Norbert. *L'utopie*. Paris: La Découverte, 2014.
- GRAFTON, Anthony. Le lecteur humaniste. In: Chartier, Roger/ Cavallo Guglielmo (org.) *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris: Seuil, 1997.
- GRAFTON, Anthony. Introdução. In: Maquiavel, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2010.
- LEÃO, Andréa Borges. *Norbert Elias e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2010.
- PROLONGEAU, Hubert. *Machiavel*. Paris: Éditions Gallimard, 2010.
- SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In: Weffort, Francisco (org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 2006.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Palavras-chave:

**Sociologia histórica;
teoria da civilização; Norbert
Elias; Nicolau Maquiavel;
figurações do poder.**

RESUMO

O foco de interesse do artigo é situar *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel, na longa história que orienta o processo de civilização no Ocidente. Partindo do contexto de produção e recepção do livro, a problemática apontada entre poder e violência, contingências sociais e psiquismo humano é reintroduzida na teoria do processo de civilização, de Norbert Elias. Escrito de julho a dezembro de 1513, o manuscrito de *O príncipe* passa a circular em 1514 e, após vários retoques, é publicado em 1532. A partir daí, é traduzido por toda a Europa. Os conselhos de inteligência prática que veicula tornam-se lugares de observação e inspiração dos soberanos nas cortes absolutistas. No contexto de formação dos Estados e monopólio da violência, O príncipe evoca o problema sociológico e histórico comum às fontes usadas por Elias.

ABSTRACT

The focus of this article is to set *The Prince*, by Nicolau Maquiavel, in the long history that guides the Western civilization process. The problematic between power and violence, social contingency and human psychic is reintroduced in Norbert Elias's civilization process theory from the context of the book's production and reception. Written from June to December of 1513, *The Prince* manuscript starts to circulate in 1514 and after several retouches is published in 1532. From then on, it is translated all through Europe. The practical intelligent advices that the manuscript brings become the sovereign's sources of observation and inspiration in the absolutist's courts. In the context of State formation and violence monopoly, *The Prince* evokes the sociological and historical issue common to the sources used by Elias.

Keywords:

**Historical sociology;
civilization theory; Norbert
Elias; Nicolau Maquiavel;
power figurations.**

Recebido para publicação em setembro/2014. Aceito em outubro/2014.